

A ocupação digital e presencial da Aldeia Maracanã: resistência indígena pelo direito à cidade e o direito à memória

Marcela Werneck e Vera Dodebei

1. Introdução

O ano de 2013 tornou-se inestimável para os estudiosos sobre manifestações populares no Brasil. Durante alguns dias do mês de junho, exatamente um ano antes do início da Copa do Mundo, uma multidão de milhões de pessoas foi às ruas em várias cidades do país, seguindo os passos da Primavera Árabe e dos Indignados/15M na Espanha. Apesar de deflagrado pela reação à violenta repressão policial sofrida em São Paulo pelos participantes de um ato do MPL (Movimento Passe Livre) em protesto contra um aumento de 20 centavos no preço das tarifas - o levante se consolidou como um fluxo independente de partidos ou líderes políticos e tomou como slogan a afirmação “*não é por 20 centavos*”, expressando uma indignação mais complexa, fortemente traduzida nos pedidos por melhor saúde e educação, mas também em uma pluralidade de pautas e sempre tendo como pano de fundo o questionamento aos gastos feitos pelo governo na preparação para o mundial de futebol.

Alguns meses antes, entretanto, a cidade do Rio de Janeiro já havia sido palco de uma concreta e significativa resistência às obras da Copa: a ocupação da *Aldeia Maracanã*, nome dado a uma comunidade indígena-urbana que reivindicava o tombamento, a recuperação e a transformação do prédio do antigo Museu do Índio em um centro de memória, estudos e divulgação da cultura dos povos originários. O local em questão era um casarão abandonado que, sob a liderança de Marechal Rondon, fora sede do SPI – Serviço de Proteção ao Índio – e com Darcy Ribeiro, o primeiro endereço do Museu do Índio.

Os índios permaneceram ali invisíveis durante alguns anos, tentando obter o tombamento do prédio e desenvolvendo atividades culturais sob precárias condições de acomodação. Com a aproximação da Copa, o governo do estado divulgou um plano de reurbanização do entorno do Maracanã e decidiu que o prédio iria ser demolido junto com uma escola e alguns equipamentos esportivos, dando lugar a uma área de

dispersão, lojas, restaurantes e estacionamentos. Movimentos sociais que questionavam o processo de privatização do estádio, partidos de oposição, pais, professores, alunos, atletas e os índios se uniram e começam a realizar atos em protesto, organizando-se através da internet. A mídia corporativa, em determinado momento, também passou a dar destaque à questão, e a sociedade carioca finalmente descobriu a presença do pequeno grupo de índios urbanos no antigo casarão. O debate sobre a pertinência de uma aldeia indígena em meio a um mar de concreto tomou conta das redes sociais e gerou muita polêmica.

Os índios não se intimidaram e intensificaram a utilização de plataformas como o Twitter e o Facebook para defender sua permanência no local e impedir a demolição do prédio. Conquistaram o apoio de artistas, jornalistas e parlamentares e resistiram durante algum tempo, contando com o auxílio jurídico de órgãos como as defensorias públicas. Após uma desastrosa mas ameaçadora tentativa de desocupação por parte do batalhão de choque no dia 12 de janeiro de 2012, frustrada pela falta da apresentação do documento de imissão de posse, parte da opinião pública e da mídia se levantou a favor da Aldeia Maracanã, criticando a violência da operação. Logo em seguida, o governador anunciou que desistira de demolir o imóvel. Não permitiu, entretanto, a permanência dos índios por muito tempo, e a desocupação efetiva aconteceu no dia 22 de março, transformando as cercanias do Maracanã em um cenário de guerra entre a polícia militar e os apoiadores da ocupação, com extensa utilização de gás de pimenta, gás lacrimogêneo, balas de borracha e até uma novíssima arma sônica.¹

Uma parte dos índios foi retirada e levada para um espaço em Jacarepaguá, com a promessa de que o prédio seria enfim recuperado e transformado em Centro de Referência Indígena. Outros representantes da ocupação se recusaram a aceitar o acordo e se dispersaram pela cidade, mantendo sua postura crítica ao governo e ao processo da copa do mundo nas redes sociais e em atos públicos.

O conflito gerado pela desocupação da Aldeia Maracanã pode ser considerado um prenúncio das jornadas de junho de 2013. Ele nos revela uma triangulação entre a questão da preservação da memória, inscrita no patrimônio histórico-cultural, a defesa dos direitos indígenas e a utilização da internet como meio de se contrapor aos discursos institucionais.

1

Cenário que iria se repetir durante os jogos da copa das confederações de 2013, já com os protestos se intensificando.

A apropriação das novas tecnologias digitais por comunidades indígenas não é novidade. A própria origem do ciberativismo é fortemente associada ao movimento de resistência zapatista, que transformou uma guerrilha de campo em uma guerra de informação, sob a figura misteriosa e carismática do Subcomandante Marcos (MARTINEZ-TORRES, 2011). Os índios brasileiros também reconhecem muito claramente a importância da utilização destas ferramentas para comunicar suas subjetividades, sair da invisibilidade e promover a integração das culturas. Para eles, a acessibilidade digital não é somente uma curiosidade tecnológica, mas um direito à emissão de suas vozes (PEREIRA, 2007). Um exemplo bastante significativo dessa ocupação digital foi a campanha nas redes digitais contra o massacre dos guarani-kaiowá, com os internautas incorporando a designação da etnia a seus nomes de usuários do Facebook (BRUM, 2012).

A defesa da preservação do patrimônio cultural e da deliberação democrática sobre a mesma também parece estar cada vez mais presente nos espaços de fluxos digitais e incorporada às lutas pelo direito à cidade. Temos como exemplo o caso do Parque Gezi, em Istambul: a decisão do governo em eliminar uma área verde para construir uma réplica de um antigo quartel militar e a violenta repressão às manifestações em contrário foi a fagulha que deu início à série dos gigantescos protestos que tomaram conta do país (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013). No Brasil, temos exemplos de outras ocupações que pretendem proteger um patrimônio ameaçado, como o movimento Ocupa Estelita, no Recife, e o Espaço Comum Luis Estrela, em Belo Horizonte.

Quais seriam, portanto, as características destas ocupações? Que tipo de atividades são realizadas e qual a forma de organização que elas adotam? A experiência da Aldeia Maracanã possui traços similares àquelas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos? Procuramos alargar nossa compreensão sobre estes aspectos a seguir.

2. A experiência dos Indignados e o movimento Occupy Wall Street

Manuel Castells (2013) analisou as características dos recentes protestos construídos com a ajuda das novas tecnologias de comunicação, através da interação entre o espaço dos fluxos, ou seja, trocas em ambiente digital, e o espaço dos lugares, a ocupação urbana.

Na Espanha, a denúncia principal foi a inoperância da democracia

representativa, a corrupção, a falta da escuta das necessidades da população, o que gerou uma forte sensação de indignação entre os cidadãos. A partir de convocações na internet, foram organizadas grandes manifestações de protesto que ficaram conhecidas como o 15-M e os Indignados.

Embora não houvesse consenso acerca de soluções para os problemas sociais e econômicos, a crítica contra o capitalismo e as instituições era explícita, assim como a necessidade da construção de uma nova cultura da economia. Um movimento apartidário, horizontal, sem líderes, surpreendeu a polícia, a mídia e o governo, que tiveram que aprender a lidar com novas formas de organização.

Defendendo a importância da deliberação pública para a busca de alternativas, o grupo dos Indignados organizou-se em acampamentos e ocupou as ruas espanholas durante meses, criando e desenvolvendo estratégias para acomodar todos os participantes e organizar os debates, eventualmente lidando com problemas como o pedido de abrigo pela população de rua, a constante ameaça de desocupação policial e diferentes opiniões sobre a necessidade do uso de ações mais ofensivas e violentas.

Para Castells, embora as ações do 15M e dos Indignados não tenham gerado mudanças concretas, houve uma transformação na mentalidade das pessoas no sentido de darem mais importância ao seu desejo de maior e melhor participação democrática nas decisões governamentais. A lógica de um “sucesso” do movimento seguiria, para alguns, a mentalidade produtivista do capitalismo na ação social.

O *Occupy Wall Street* surgiu na esteira da crise financeira americana de 2008, influenciado pela primavera árabe e os protestos espanhóis. Assim como na Espanha, teve como característica principal a ocupação do espaço público e a transformação do mesmo em um ambiente de deliberação sobre as questões da cidade. Castells chama esta iniciativa de *espaço de autonomia*, uma mistura do espaço dos fluxos com o espaço dos lugares, visando o debate democrático para a construção de uma sociedade mais justa. As ferramentas digitais utilizadas foram o Twitter, o Facebook, o Tumblr, o Livestrans e sites próprios dos grupos de cada cidade: “De fato, Occupy Wall Street é um movimento híbrido em rede que liga o ciberespaço ao espaço urbano por intermédio de múltiplas formas de comunicação” (CASTELLS, 2013, p. 136).

Novamente foram identificadas as características de uma ausência de liderança formal, tomada de decisão em assembleia, formação de comitês organizativos e ênfase no processo de mudança de mentalidade, ao invés de conquistas políticas imediatas. Todd Gitlin chegou a conclusões similares às de Castells, no sentido em que os

manifestantes estariam simulando, naqueles acampamentos, um tipo diferente de sociedade, um sonho de resistência do 99% contra o 1%:

It expressed a passion, a will to believe, that it was possible on one patch of ground, even provisionally, to plant a future of active engagement and free expression even (or especially), for those not used to commanding attention – empowerment, in a word. (GITLIN, 2012. p.74).

A tomada de decisão coletiva não é fácil, entretanto, conforme pontua o autor ao relatar que alguns ativistas com uma mentalidade mais pragmática tinham dificuldade em aceitar o ritmo lento das deliberações e negociações. Outros, entretanto, consideravam que a riqueza da ocupação consistia em seu processo democrático e não seus resultados práticos. As dificuldades em se coordenar tantas ideias e pessoas diferentes obviamente vieram à tona após certo tempo de ocupação, afastando alguns membros, mas sem tirar a importância da experiência como um todo.

3. A dimensão presencial da Aldeia Maracanã

Segundo o site de notícias Adital, em outubro de 2006, 35 representantes de 17 etnias indígenas diferentes, participantes do 1º Encontro do Movimento dos Tamoios, cujo tema foi Pelo Resgate dos Direitos dos Povos Originários do Brasil, marcharam da UERJ, local do evento, até o antigo Museu do Índio. Após uma negociação pacífica com a equipe de segurança do local, instalaram-se no terreno, com o intuito de desenvolver ali um projeto cultural voltado para a preservação da memória e da identidade indígena (CASTRO, 2006).

O terreno do imóvel, um casarão de estilo arquitetônico eclético e acastelado, construído no século XIX, pertenceu ao Duque de Saxe, marido da Princesa Leopoldina e genro de Dom Pedro II. Em 1910, Marechal Rondon escolheu-o como sede do SPI – Serviço de Proteção ao Índio – e em 1953 Darcy Ribeiro transformou-o em Museu do Índio. O prédio abrigou, portanto, várias décadas de luta indigenista. Com a transferência do Museu do Índio para Botafogo, em 1978, foi cedido ao Ministério da Agricultura como parte integrante da área que viria abrigar um Complexo de Laboratórios (DPU-RJ, 2013). No entanto, não foi destinada mais nenhuma utilidade ao antigo casarão e o mesmo foi se deteriorando com o passar das décadas, transformando-se em um local abandonado e sob precárias condições de conservação. Sua imponente torre, todavia, nunca deixou de se destacar na paisagem da Avenida Radial Oeste:

O prédio do antigo Museu do Índio



Fonte: Google Imagens

A ideia era, portanto, transformar o prédio em um instituto onde seriam dados cursos de capacitação para índios oriundos de outros estados e aulas sobre a temática indígena para o público em geral. Serviria, também, como local de encontro e discussão entre as etnias e moradia para os estudantes indígenas universitários. Obviamente, a realização deste projeto dependia da regularização da doação do imóvel para o instituto, o que viabilizaria o recebimento de apoio financeiro para a reconstrução do prédio (PALERMO, 2012).

Mesmo ainda sem qualquer perspectiva concreta de suporte institucional e sob as precárias condições estruturais do prédio e do terreno, os índios foram desenvolvendo inúmeras atividades representativas de seu modo de vida. Os dados coletados para uma pesquisa do programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (WERNECK, 2015), a partir da página do Facebook intitulada *Aldeia Maracanã Página Oficial*, revelam mais detalhadamente a riqueza cultural do cotidiano da ocupação: exposições de música e dança, cursos de línguas indígenas, como o guarani, contação de histórias, produção e venda de artesanato, culinária (almoço comunitário com peixe assado na folha de bananeira), desfiles de moda com apresentação de biojoias, pintura corporal, rituais e cerimônias religiosas. Além destas, houve toda uma gama variada de atividades, algumas de caráter bem urbano, outras representando estilos de vida

alternativos: oficinas de artes circenses, aulas de jiu-jitsu, oficinas de alimentação orgânica, meditação guiada, shows de rock e outros estilos musicais e até blocos de carnaval, unindo a todos na diversão.

A luta pelo reconhecimento do valor patrimonial do prédio, seu tombamento e a subsequente captação de verbas para sua recuperação se revela nas atividades de “Visitação da antiga casa do Príncipe Duque de Saxe e sua esposa Princesa Leopoldina” e nas sessões de cinema com a projeção de documentários biográficos sobre Darcy Ribeiro e sobre a história do Maracanã.

Programação na Aldeia Maracanã



Fonte: Aldeia Maracanã Página Oficial

O processo com o pedido de tombamento, entretanto, não foi adiante, e no segundo semestre de 2012 o Governo do Estado anunciou sua decisão de comprar o imóvel da União para que fosse posteriormente demolido.

O governo argumentou que as demolições eram necessárias para cumprir as exigências da FIFA no que dizia respeito à capacidade de evacuação do estádio após os jogos e para manter o padrão de conforto e oferta de lazer aos torcedores² e seguiu em frente com seu plano. A rede formada pela oposição ao governo, pelos ativistas, pelos alunos, pelos atletas e pelos índios também intensificou suas ações (BALTAR, 2012). A Aldeia Maracanã tornou-se o epicentro da resistência e a cada dia mais apoiadores se juntavam à ocupação presencial e também à militância digital.

2

Esta afirmação foi posteriormente desmentida pela própria FIFA em ofício-resposta aos questionamentos da Defensoria Pública da União do RJ (DPU-RJ,2013).

O endereço *Aldeia Maracanã Página Oficial*, criado no Facebook logo após o anúncio de que as liminares que protegiam os índios da desocupação haviam sido cassadas e a retirada via força policial poderia acontecer a qualquer momento, começou a crescer em número de acessos e seguidores, e juntamente com o perfil *Aldeia Maracanã*, representante de outra parte do grupo, tornou-se a principal ferramenta de divulgação de informações e organização da resistência pelo direito de decisão sobre o planejamento do desenvolvimento urbano.

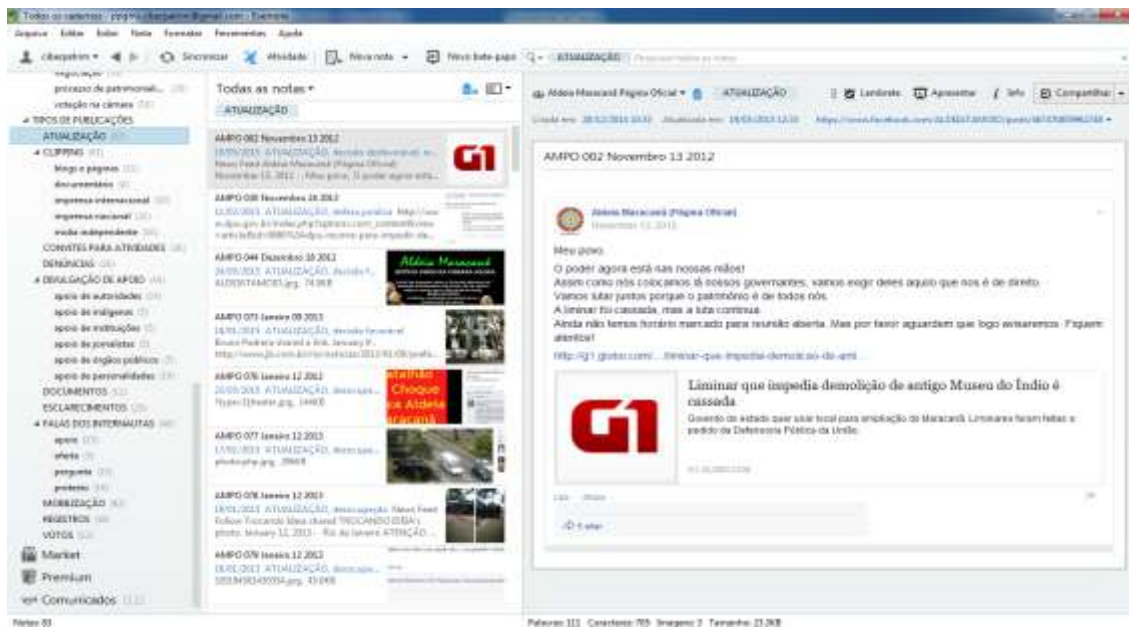
4. A ocupação digital

A pesquisa realizada para a dissertação de mestrado “Patrimônio digital e ciberativismo: a defesa da Aldeia Maracanã no Facebook” (WERNECK, 2015) analisou o conteúdo de 450 postagens da referida página do Facebook e organizou-as em 11 categorias³ por tipo de publicação, a partir das quais podemos obter uma compreensão mais detalhada das ações ciberativistas do grupo. A coleta de dados foi feita com auxílio do aplicativo Evernote, que salva em nuvem textos e fotos disponíveis na internet. O conteúdo de imagem ou texto é capturado em forma de uma *nota* que pode ser nomeada a critério do usuário. Estas notas podem ser organizadas em pastas chamadas de *cadernos*, organizados em um sistema hierárquico, criando-se cadernos dentro de cadernos, o que corresponderia às categorias e subcategorias. A atribuição de etiquetas (*tags*) ao conteúdo capturado permite a navegação através do conteúdo capturado e a busca de conteúdos específicos.

Esquema de categorização do Evernote

3

O arquivo com todas as notas categorizadas pode ser visualizado através do endereço : <https://www.evernote.com/pub/ciberpatrim/timelinecompleta> (é necessária a instalação do programa Evernote). Para ter acesso a uma navegação com mais recursos, solicite o compartilhamento do caderno através do email ppgms.ciberpatrim@gmail.com .



WERNECK (2015)

A categoria *atualização* informa sobre o andamento do processo da desocupação, como por exemplo, a queda das liminares e a posterior desistência da demolição do prédio. Já a categoria *clipping* compartilha as notícias sobre o caso que saíram em mídias corporativas e independentes, evidenciando a relevância da causa.

Os *convites para as atividades* procuram caracterizar o espaço como produtivo culturalmente e de valor para a sociedade, que pode aprender sobre a cultura indígena e desfrutar de seus conhecimentos sobre alimentação, sementes, cura através de ervas, etc. É esta valoração que obviamente justificaria o pedido de patrimonialização do prédio e da experiência. A *mobilização*, ou seja, o apelo para que o apoiador desenvolva uma ação em prol da causa, é a categoria que mais concretamente se refere à ocupação: os pedidos vão desde a doação de alimentos, água, cobertores e colchonetes até a presença física como forma de resistência nos momentos que antecederam a desocupação pelas forças do batalhão de choque.

As *denúncias* normalmente tratam de suspeitas de corrupção impregnadas no sistema judiciário e de licitação das obras. A publicação de *documentos*, como cópias dos autos do processo, dão um tom de legitimidade e veracidade às informações e acentuam a carga dramática dos acontecimentos, após decisões favoráveis ou desfavoráveis.

A *divulgação de apoio* enfatiza a formação de rede e o aumento do capital social acumulado pelo grupo com manifestação pública de artistas, políticos e magistrados. Os *votos*, como por exemplo mensagens de feliz natal e próspero ano novo, dão um

contorno afetivo à relação entre o coletivo e seus apoiadores, buscando obter cada vez mais simpatia e suporte da população e caracterizar o espaço como humanizado e não violento. A categoria *fala dos internautas* reúne as postagens através das quais os apoiadores se dirigem aos administradores da página. Os *esclarecimentos* são as respostas a estas solicitações e a polêmicas sobre o desenrolar dos fatos.

Os *registros* são a cobertura fotográfica e em vídeo da ocupação, como forma de preservação da memória coletiva do movimento. É por vezes revestida de um tom mais artístico, e em outras tem um caráter de arquivamento de depoimentos e acontecimentos.

Através desta análise podemos identificar algumas características e práticas descritas por Castells e Gitlin, como a formação em rede, a utilização das redes sociais digitais para a organização da ocupação e a tomada de decisões colaborativa. Percebe-se, entretanto, o destaque dado à figura do cacique Tukano, embora retratando-o como representante do coletivo e não como líder decisório.

Embora a experiência dos debates e assembleias seja uníssona a crítica ao modelo capitalista de exploração do espaço urbano, por vezes transparece o conflito de opiniões dentro da ocupação. Esta dimensão fica bem clara no dia da desocupação, quando o grupo se dividiu em dois. Até o momento da finalização deste artigo as obras de recuperação do prédio não haviam sido iniciadas, embora haja notícias sobre a tentativa de captação de verbas para as mesmas.

As dificuldades encontradas pelos Indignados e pelo Occupy americano não são diferentes da experiência da Aldeia Maracanã: o conflito entre um grupo mais anarquista, desejoso de um rompimento com qualquer institucionalização, e outro que cedeu em muitos aspectos mas foi capaz de garantir a promessa de recursos financeiros para a recuperação do prédio e a implantação do Centro de Referência Indígena. Em comum, os dois grupos tiveram o que foi descrito por Castells (2013) como fundamental nos recentes protestos da era da Internet: o motor das emoções, a indignação provocada pela ameaçadora destruição da memória, e a esperança de que a preservação do passado pode construir as bases para o futuro.

5. Considerações finais

Historicamente as políticas de proteção ao patrimônio no Brasil e no mundo seguiram uma direção de abertura democrática, estando em sua origem delegadas a

especialistas e técnicos do Iphan que se preocupavam exclusivamente com o patrimônio edificado, e posteriormente incorporando o conceito de patrimônio imaterial e patrimônio cultural, com o objetivo de salvaguardar as expressões identitárias de diferentes grupos sociais. A Constituição de 1988 declara que a comunidade deve participar da elaboração destas políticas, em uma esfera democrática e deliberativa e cria alguns instrumentos para tal, como os conselhos consultivos do patrimônio (FONSECA, 2009). Entretanto, a força da expansão do mercado imobiliário acaba por ter mais força na reconfiguração do desenho urbanístico. Foi este claramente o caso Estádio Mário Filho, cujo plano de revitalização em momento algum foi colocado em debate com a população. A falta de diálogo gerou indignação em alguns setores da sociedade, que se organizaram em protestos presenciais e virtuais. Uma das formas de resistência foi a ocupação Aldeia Maracanã.

Alguns teóricos parecem corroborar a associação entre a defesa do patrimônio e o direito à cidade. Um deles é David Harvey (2012), que no prefácio de seu recente livro *Rebel Cities – from the Right to the City to the Urban Revolution*, retoma o pensamento de Henri Lefebvre para desenvolver uma análise sobre os protestos ocorridos recentemente em diferentes partes do mundo. Segundo o autor, Lefebvre não foi influenciado somente por Heidegger, Nietzsche e Foucault e pelas comemorações do primeiro centenário de “O Capital” quando elaborou seu clássico “O direito à cidade”. Harvey procura destacar a influência do contexto urbano em sua escrita, particularmente o sentimento de perda e nostalgia causado pelas grandes demolições em Paris durante as reformas haussmannianas. .

Lefebvre tinha claro que o lamento pelo desaparecimento de uma cidade rural, camponesa, artesanal, destruída pelo capitalismo, que não poderia mais ser reconstituída, teve grande importância sobre movimentos revolucionários como a comuna de Paris, para além da questão fabril. Assim sendo, a tarefa política de reivindicar o direito à cidade é tentar recuperar algo já desaparecido, em um movimento anti-capitalista centrado nas transformações urbanas. O conceito Lefebvriano de heterotopia, diferente do de Foucault, diz respeito à erupção espontânea de um “algo diferente”, onde um grupo de pessoas de repente percebe a possibilidade de uma ação coletiva contra-hegemônica.

Harvey pergunta-se então onde estaria o nosso 68, a nossa versão da Comuna, e identifica a ocorrência de revoltas em diferentes partes do mundo, que para ele poderiam se unir em torno da questão do direito à cidade para exigir maior participação

democrática no controle estatal do uso da produção excedente de capital: “a revolução do nosso tempo tem que ser urbana – ou nada” (HARVEY, 2012, p. 25). Seria a *Aldeia Maracanã* um bom exemplo?

Marcela Werneck é Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. marcelawerneck@yahoo.com

Vera Dodebei é Professora-titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. dodebei@gmail.com

Referências

ALDEIA MARACANÃ PÁGINA OFICIAL. **Página do Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ALDEIATAMOIO?fref=nf>> Acesso em: jul 2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Gezi park protests: brutal denial of the right of peaceful assembly in Turkey**. Publicado em: out 2013. Disponível em: <<https://www.amnestyusa.org/sites/default/files/eur440222013en.pdf>>. Acesso em: jan 2015.

BALTAR, Marcelo. Audiência pública sobre privatização do Maracanã é marcada por protestos. **Globo Esporte: Copa do Mundo**. Publicado em: 08 nov 2012. Acesso em: 10 jul 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/11/audiencia-publica-sobre-privatizacao-do-maracana-e-marcada-por-protestos.html>> Acesso em: jan 2015

BRUM, Eliane. Sobrenome: “Guarani Kaiowa”. **Revista Época Online**. Publicado em: 26 nov 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/11/sobrenome-guarani-kaiowa.html>>. Acesso em: set 2015.

CASTELLS. Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Gustavo Guedes. Movimento dos Tamoios e a insurgência urbana indígena no Brasil. **Adital**. Publicado em: 13 dez 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=25845>>. Acesso em: jan 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – RJ. **Dossiê sobre o Museu do Índio**. 2013.

EVERNOTE. **Caderno Página Oficial Aldeia Maracanã**. 2015. Disponível em <<https://www.evernote.com/pub/ciberpatrim/timelinecompleta>>. Acesso em: jul 2015.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GITLIN, Todd. **Occupy Nation: the roots, the spirits and the promise of Occupy Wall Street**. Paperback, 2012.

HARVEY, David. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution.** London: Verso, 2012.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967).** Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2011.

PALERMO, Vinícius. **História da ocupação da Aldeia Maracanã.** Vídeo YouTube disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-umBIw6uxyM>>. Publicado em 28/042012. Acesso 05/ 2015.

PEREIRA, Eliete da Silva. **Ciborgues indígenas.br: A Presença Nativa no Ciberespaço.** 2007

MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. Civil Society, the Internet, and the Zapatistas, **Peace Review: A Journal of Social Justice**, 13:3, 347-355, 2011.

WERNECK, Marcela. **Patrimônio digital e ciberativismo: a defesa da Aldeia Maracanã no Facebook.** 2015. Dissertação de Mestrado em Memória Social. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.